

**ANTEPROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_\_**

Institui medidas de prevenção e combate à corrupção na Administração Pública do Município de Sant'Ana do Livramento, dispõe sobre a fiscalização e gestão de contratos, verificação do objeto contratado, implementação de Programa de Integridade e dá outras providências.

Eu, Prefeita Municipal de Sant'Ana do Livramento faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono, com fundamento no art. 102, inciso IV da Lei Orgânica do Município, a seguinte Lei:

**Art. 1º.** Esta Lei dispõe sobre medidas de prevenção e combate à corrupção na Administração Pública Municipal de Sant'Ana do Livramento, abrangendo todos os órgãos da Administração Direta e Indireta.

**Art. 2º.** Para fins desta Lei, considera-se corrupção qualquer ato que atente contra os princípios da Administração Pública, conforme definidos na Constituição Federal, Lei de Improbidade Administrativa e outras normas pertinentes.

**Art. 3º.** São diretrizes fundamentais desta Lei:

- I. Promoção da transparência e acesso à informação;
- II. Estímulo à participação e controle social;
- III. Implementação de mecanismos de prevenção e detecção de atos de corrupção;
- IV. Capacitação e formação de agentes públicos;
- V. Aplicação de sanções administrativas e disciplinares aos responsáveis por atos de corrupção;
- VI. Fiscalização rigorosa da gestão de contratos e verificação do objeto contratado;



VII. Implementação de um Programa de Integridade.

**Art. 4º.** Fica instituído o Programa Municipal de Integridade e Combate à Corrupção (PMICC), com os seguintes objetivos:

- I. Desenvolver e implementar políticas de integridade e boas práticas de governança;
- II. Estabelecer códigos de ética e conduta para servidores e agentes públicos;
- III. Promover a educação para a ética e a cidadania entre os servidores públicos e a comunidade;
- IV. Implementar canais de denúncia de irregularidades, garantindo o anonimato e a proteção dos denunciantes;
- V. Realizar auditorias periódicas e inspeções em todos os setores da Administração Pública;
- VI. Monitorar e fiscalizar a gestão de contratos administrativos.

**Art 5º.** Fica criada a Comissão Municipal de Transparência e Combate à Corrupção (CMTC), órgão colegiado, com a seguinte composição:

- I. Representante da Unidade Central de Controle Interno;
- II. Representante do Ministério Público Estadual;
- III. Representante da Câmara de Vereadores;
- IV. Representante de organizações da sociedade civil com atuação na área de combate à corrupção;
- V. Representante dos servidores públicos municipais.

§ 1º. A CMTC terá autonomia funcional e administrativa, com sua composição sendo definida em regulamento.

§ 2º. Os membros da CMTC serão nomeados pelo Prefeito Municipal após consulta aos entes previstos no artigo anterior, sendo vedada a participação de cargos comissionados da Administração Pública, bem como indivíduos condenados por crimes contra a Administração Pública.

**Art. 6º.** A CMTC terá as seguintes atribuições:

- I. Receber e apurar denúncias de atos de corrupção;
- II. Propor a instauração de processos administrativos disciplinares;
- III. Monitorar e avaliar a implementação das políticas de integridade;
- IV. Elaborar relatórios periódicos sobre suas atividades, divulgando-os amplamente;



- V. Promover a articulação com outras entidades e órgãos de controle, no âmbito estadual e federal;
- VI. Fiscalizar a gestão de execução de contratos administrativos, incluindo a verificação do cumprimento do objeto contratado.

**Art. 7º.** A Administração Pública Municipal deverá garantir ampla transparência de suas ações, observando as seguintes medidas:

- I. Divulgação de contratos, licitações, convênios e outros atos administrativos em portal eletrônico de fácil acesso ao público;
- II. Publicação de relatórios de gestão fiscal e de execução orçamentária detalhados;
- III. Disponibilização de dados e informações públicas em formatos abertos e acessíveis.

**Art. 8º.** A gestão de contratos administrativos deverá observar as seguintes disposições:

- I. Implementação de sistemas de controle interno para acompanhamento da execução dos contratos;
- II. Verificação periódica do cumprimento do objeto contratado, com a elaboração de relatórios de conformidade;
- III. Realização de auditorias internas e externas sobre a execução contratual;
- IV. Aplicação de sanções aos contratados em caso de descumprimento das cláusulas contratuais, conforme previsto na legislação e nos contratos firmados.

**Art. 9º.** A Administração Pública Municipal deverá implementar um Programa de Integridade, que incluirá:

- I. Adoção de práticas de governanças e compliance;
- II. Criação de um código de ética e conduta para servidores e agentes públicos;
- III. Capacitação contínua dos servidores sobre ética, integridade e combate à corrupção;
- IV. Estabelecimento de procedimentos para a identificação e gestão de conflitos de interesse;
- V. Implementação de mecanismos de prevenção e detecção de fraudes de irregularidades.



**Art. 10.** Os servidores públicos municipais deverão participar de programas de capacitação contínua sobre ética, integridade e combate à corrupção, sob coordenação da CMTC.

**Art. 11.** Será assegurada proteção ao denunciante de boa-fé, que prestar informações sobre atos de corrupção, contra retaliações, discriminações ou penalidades indevidas.

**Art. 12.** As sanções administrativas para os agentes públicos envolvidos em atos de corrupção incluirão, sem prejuízo de outras previstas em lei:

- I. Advertência;
- II. Suspensão;
- III. Demissão ou destituição do cargo em comissão;
- IV. Multa proporcional ao dano causado ao erário.

**Art. 13.** Cada órgão da Administração Direta e Indireta deverá nomear anualmente, por ato de seu titular, um gestor de contratos, no mínimo.

Parágrafo único. O gestor de contratos tem como atribuições:

- I. Centralizar as informações sobre o desempenho dos contratos firmados pelo órgão, criando e atualizando indicadores, e fazer as diligências necessárias para o andamento administrativo dos processos relacionados aos contratos, inclusive de pagamentos, de forma que todos os encaminhamentos tenham razoável duração;
- II. Diligenciar, de forma proativa, junto a outros órgãos da Administração Pública Municipal, o andamento dos processos administrativos relacionados aos contratos;
- III. Coordenar as reuniões dos fornecedores com os fiscais de contrato e de serviços para melhorar o desempenho do objeto do contrato;
- IV. Auxiliar o fiscal de contrato no âmbito das suas competências; e
- V. Indicar os fiscais de contrato e de serviço e seus respectivos suplentes.

**Art. 14.** Para cada contrato firmado pela Administração Pública Municipal, deve ser nomeado um fiscal de contrato, e no mínimo um fiscal de serviços.

§ 1º. O fiscal de contrato tem como atribuições:

- I. Conhecer o contrato, seus instrumentos, anexos e aditivos e documentar todas as informações pertinentes no respectivo processo administrativo;
- II. Emitir a ordem de início do contrato e comunicar o ato ao fiscal de serviços;



III. Encaminhar notificações ao contratado sobre:

- a) possível inexecução total ou parcial do contrato;
- b) possível falta de qualidade na execução do objeto contratado; e
- c) demais atos apontados pelo fiscal de serviços e pelo gestor de contratos que necessitem de retorno do contratado.

IV. Fiscalizar eletronicamente o desempenho do objeto contratado, utilizando os dados produzidos pelo sistema eletrônico de monitoramento;

V. Confirmar a despesa dos serviços prestados; e

VI. Reunir e analisar previamente a documentação comprobatória exigida por lei e pelos instrumentos normativos da Administração Pública Municipal.

§ 2º O fiscal de serviços tem como atribuições:

I - programar o cronograma de execução do contrato de acordo com o definido por projeto básico, termo de referência ou projeto executivo;

II - emitir a ordem de serviço de acordo com a programação de execução do objeto do contrato;

III - fiscalizar presencialmente a execução do objeto contratado, apontando de forma preventiva a melhor forma para a sua execução;

IV - informar ao fiscal de contrato toda possível irregularidade ocorrida na execução do contrato;

V - emitir parecer técnico sobre a defesa prévia apresentada pelo contratado; e

VI - realizar as medições do contrato, conforme desempenho de execução do contrato.

§ 3º A fiscalização de contrato e de serviços poderá ser realizada de forma eletrônica, baseada no uso de tecnologias que garantam o monitoramento da execução do objeto do contrato.

§ 4º O uso de tecnologias para a fiscalização e monitoramento eletrônico do contrato não impede que os fiscais estejam presencialmente no local para verificar a qualidade e atestar a execução do objeto contratado quando necessário.



**Art. 15.** Os servidores, efetivos ou não, a serem designados fiscais de contrato ou fiscais de serviços, bem como seus suplentes, devem ser preferencialmente apontados entre aqueles que componham a área técnica relacionada ao objeto a ser contratado e que dele possuam conhecimento, e não podem se recusar a cumprir tarefas que sejam compatíveis com o nível de complexidade das atribuições de seu cargo.

§ 1º. Na indicação de servidor, devem ser considerados a compatibilidade com as atribuições do cargo, a complexidade da fiscalização, o quantitativo de contratos por servidor e a sua capacidade para o desempenho das atividades.

§ 2º. Os servidores que desempenham atividades relacionadas à fase externa de seleção dos contratados não poderão ser designados como fiscais de contrato ou fiscais de serviços devido à segregação de funções, salvo quando o contrato for executado e controlado exclusivamente nessas unidades.

§ 3º. No mínimo um dos fiscais elencados no caput deste artigo deverá ser servidor efetivo.

**Art. 16.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Sant'Ana do Livramento, 20 de maio de 2023.

*Jovani Romarinho*  
Vereador - União Brasil  
Poder Legislativo Municipal

---

Ver. Jovani dos Santos - Romarinho



### JUSTIFICATIVA

Este anteprojeto de lei tem como objetivo principal estabelecer um conjunto de medidas para prevenir e combater a corrupção na Administração Pública de Sant'Ana do Livramento. A corrupção representa uma grave violação dos princípios da moralidade, legalidade e eficiência que devem nortear a gestão pública, comprometendo a confiança da população e a efetividade dos serviços públicos.

A criação do Programa Municipal de Integridade e Combate à Corrupção (PMICC) e da Comissão Municipal de Transparência e Combate à Corrupção (CMTC) visa estruturar a atuação do Município de forma sistemática e contínua no combate à corrupção, promovendo a transparência, a participação cidadã e a responsabilização dos agentes públicos.

A adoção de medidas como a capacitação contínua dos servidores, a proteção ao denunciante de boa-fé, a fiscalização rigorosa da gestão de contratos e a implementação de um Programa de Integridade reforça o compromisso com a ética e a integridade na gestão pública.

Contamos com o apoio dos nobres vereadores para a aprovação deste anteprojeto, que representa um passo significativo na construção de uma administração pública mais justa, transparente e eficiente, com o posterior envio ao Poder Legislativo pela Sr<sup>a</sup>. Prefeita Municipal como um projeto de lei.

*Jovani Romarinho*  
Vereador - União Brasil  
Poder Legislativo Municipal